



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CAMPECHE
CNPJ nº 79.886.503/0001-66 - Fundada em 25 de Abril de 1987

Florianópolis, 12 de Agosto de 2022

Ilustríssimos Senhores:

Prefeito: Topázio Neto

Secretário de Mobilidade e Planejamento Urbano: Michel Mittmann

Superintendente do IPUF: Carlos Alvarenga

Florianópolis – SC

Assunto: Diretrizes alternativas do Distrito Campeche a proposta de revisão e adequação do Plano Diretor Lei Complementar nr. 482, de 17 de janeiro de 2014.

A Associação de Moradores do Campeche – AMOCAM, entidade civil de utilidade pública (Lei Municipal 5172/97), CNPJ 79.886.503/0001-66, aqui representada pela sua presidente, Roseane Lucia Panini, CPF 650.978.589-72, tendo em vista a revisão e adequação do Plano Diretor Lei Complementar nr. 482/2014, vem através desta manifestação apresentar a síntese das discussões promovida democraticamente pela nossa associação junto com seus associados.

Considerações preliminares:

O bairro Campeche, localizado no Sul da Ilha de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, já se encontra em avançado processo de urbanização sem a devida regulação por parte dos órgãos de gestão municipal, seja através de mecanismos de planejamento seja através da fiscalização. Como consequência desse fenômeno, que vem ocorrendo de forma mais intensa desde a década de 80, pode-se observar uma série de impactos sobre a paisagem e o meio ambiente. Junto com este processo de urbanização, a área vem sendo cogitada para viabilizar a expansão da cidade, via planejamento, propondo-se a indução do crescimento da cidade em direção ao lado sul da Ilha de Santa Catarina. A **leitura do território feita pelo poder público** apresentada através do diagnóstico preliminar distrital na audiência pública do Distrito do Campeche para a revisão da LC 482/2014, traz como resposta ao processo de urbanização em curso, o adensamento e a



verticalização como principais propostas. Importante salientar, que não há uma minuta de revisão para a LC 482/2014 para que a população possa se basear, tornando-se um desafio à discussão do que é melhor para o Bairro.

Os associados representados nesta manifestação são a favor da revisão do Plano Diretor, mas com estudos sólidos, em um processo participativo, no qual a mediação do poder público respeite a importância e o tempo necessários para a construção coletiva de acordos virtuosos e integrados às especificidades dos distintos distritos municipais e interesses dos vários segmentos da sociedade. Interessante notar que essa revisão do Plano Diretor poderia ser realizada até 2024, de acordo com o Estatuto da Cidade, permitindo o aprofundamento das análises e debates necessários. Para que o processo seja realmente efetivo é fundamental que o mesmo seja embasado em estudos aprofundados e construído e revisado de forma participativa e com uma minuta para podermos ter como base as reais mudanças. Além disso, não foi levada em consideração pela prefeitura a discussão efetiva sobre a emergência climática. A intensificação da crise climática tem tornado mais frequente a ocorrência de eventos climáticos extremos, ou seja, períodos de seca intensa e períodos de precipitação intensa.

Diante da incerteza de que o poder público nos dará uma oportunidade futura para desenvolvermos atividades como oficinas técnicas para desenvolver a “LEITURA COMUNITÁRIA DA REALIDADE DISTRITAL”, com significativas contribuições e registro das reivindicações, e tendo em vista que a população local passou a viver em meio ao agravamento de inúmeras situações, tais como:

- A falta constante de água potável durante os recentes verões;
- Saneamento básico no qual não houve qualquer melhoria;
- Congestionamentos intermináveis que passaram a ocorrer também no trecho da SC-405, no Campeche, Av. Pequeno Príncipe e adjacentes, com inexorável prejuízo para a mobilidade de toda a população do sul da ilha;
- Cortes no fornecimento de energia elétrica em épocas até mesmo fora da temporada;
- Agravamento de ataque à natureza por via de inúmeros empreendimentos imobiliários que procuraram se estabelecer no território, ignorando a legislação ambiental vigente e obrigando a população local a reagir com correspondentes ações de denúncias e protestos;

Vimos através deste manifesto apresentar a ‘atualização’ das diretrizes propostas do Dossiê Campeche proposto para a Lei Complementar nr. 482/2014, com uma série de complementações que foram sugeridas e aprovadas por unanimidade pelos presentes à nossa reunião, em seis temas principais: Saneamento Básico, Proteção Ambiental, Infraestrutura Social, Mobilidade Urbana, Uso Urbano e Trabalho/Renda.

1. SANEAMENTO BÁSICO

O Planejamento do Campeche deve contemplar como pré-requisito as questões referentes à água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos. Para



ocupação do espaço, deve ser considerada a questão do Ecossistema no que se refere aos lençóis freáticos, mar, córregos e lagoas, conforme os preceitos da Agenda 21, cap. 18, sobre Proteção da Qualidade e do Abastecimento dos Recursos Hídricos.

Propostas:

- Realização de estudos técnicos rigorosos sobre o potencial dos recursos hídricos, seus usos atuais e futuros, principalmente em relação ao manancial da Lagoa do Peri e o manancial aquífero Campeche;
- Integração eficiente entre o planejamento urbano e o planejamento do saneamento ambiental, como será resolvido o déficit de água?
- Implantar a pedagogia do cuidado para cuidar do que já existe, antes de ampliar o uso;
- Preservar a atual característica de permeabilidade do solo para a manutenção dos lençóis freáticos, rejeitando-se a construção de vias expressas e grandes edificações (megaequipamentos) que impediriam a recarga do manancial aquífero Campeche;
- Proibir aterramento de brejos, de dunas e de areias, além de preservação das lagoas, como forma de assegurar reservas de água para um abastecimento de qualidade;
- Implantação de sistemas de tratamento de esgoto público utilizando tecnologias apropriadas às características locais, e definindo os locais desta implantação de acordo com os interesses da comunidade. Como exemplo, uma ETE (Estação de Tratamento) acompanhada de sistemas individuais e descentralizada de tratamento nos distritos e a possibilidade de implantação de wetlands naturais;
- O reuso de águas para atender a demandas domésticas ou industriais menos exigentes em qualidade tem alto potencial para reduzir a demanda por água, sendo uma alternativa, com impacto global sobre a disponibilidade hídrica;
- Fiscalização educativa/preventiva/punitiva das ligações clandestinas de esgoto na rede pluvial;
- Revitalização dos cursos d'água; reformular macro e microdrenagem, avançando além do diagnóstico participativo de drenagem já elaborado para um Plano Participativo de Drenagem;
- Gestão Local dos Resíduos no Distrito – através da ECONOMIA SOLIDÁRIA, cooperativa de reciclagem;
- Equipamento para reprocessar resíduos com usina biogestão para produção de biogás;
- Proteção das nascentes e um efetivo controle do lançamento de efluentes e agrotóxicos e produtos químicos.

2. ESPAÇO PÚBLICO

Considerando que o espaço público não é só a configuração física, mas o acesso da população a determinados espaços e equipamentos, são espaços públicos para estas propostas:

- As áreas de preservação ambiental;



- Os espaços constituídos historicamente pelo uso da população;
- O acesso a equipamentos de uso coletivo de saúde, educação, transporte, lazer e cultura.

2.1 PROTEÇÃO AMBIENTAL

Propostas:

- Implementar o PLANO MUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA de Florianópolis que traz os seguintes objetivos específicos:

1. Integrar políticas públicas de planejamento territorial visando à conservação e recuperação da Mata Atlântica, no âmbito da região metropolitana de Florianópolis;
2. Tornar mais efetiva a proteção das Áreas de Preservação Permanente – APPs, recuperar as APPs degradadas e reconhecer áreas importantes passíveis de proteção ambiental e os serviços ecossistêmicos por elas fornecidos;
3. Fortalecer, criar e ampliar Unidades de Conservação – UCs, preferencialmente em ambientes naturais não protegidos em sua integridade e áreas de forte expansão urbana, valorizando os serviços ecossistêmicos fornecidos;
4. Manter a conectividade ecológica entre os remanescentes de Mata Atlântica;
5. Diminuir o impacto da expansão urbana sobre os remanescentes de Mata Atlântica;
6. Apoiar e incentivar práticas pedagógicas e contribuir para a difusão do conhecimento sobre a conservação e a recuperação da Mata Atlântica; Incentivar práticas de uso sustentável dos recursos do território da Mata Atlântica, de forma a garantir os serviços ecossistêmicos associados;
7. Contribuir para a mitigação das mudanças climáticas e valorização dos serviços ecossistêmicos de regulação;
8. Contribuir para a mitigação das mudanças climáticas e valorização dos serviços ecossistêmicos de regulação;
9. Manter a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos do município e serviços ecossistêmicos a eles relacionados;
10. Fortalecer as práticas agrícolas de baixo impacto;
11. Fortalecer e valorizar as comunidades tradicionais relacionadas à Mata Atlântica;
12. Melhorar a arborização urbana em logradouros, praças, parques urbanos e áreas verdes públicas e privadas;
13. Fortalecer e desenvolver o turismo sustentável como alternativa ao turismo de massa, visando à redução de danos ao meio ambiente.

- Criação e implementação de um modelo de gestão e fiscalização comunitária permanente; formar coletivos de gestão para participar nas tomadas de decisões públicas;

- Realização do Plano de Manejo, criação do Conselho Gestor e implementação do Programa Roteiros do Ambiente nas trilhas do Refúgio Municipal da Vida Silvestre Morro do Lampião;



- Realização do Plano de Manejo, criação do Conselho Gestor no Parque Natural Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição, considerando Rio Tavares e Joaquina;
- Cuidar das Dunas, não deixar abrir caminhos e picadas, sinalizar e respeitar as picadas tradicionais (Picadas = caminhos até a praia);
- Realizar atividades autoguiadas (trilhas), além de projetos específicos em parcerias com escolas ou grupos de visitantes na Base de Educação Ambiental da Lagoa pequena com presença de um funcionário da Floram no local durante a semana;
- Sinalizar a balneabilidade e qualidade da água na Lagoa Pequena, Porto da Lagoa e Lagoa da Conceição;
- A preservação da área do antigo campo de aviação pelo seu valor histórico e cultural, como área de lazer público, sem cortes pelo sistema viário, implementando o PACUCA (Parque Cultural do Campeche) conforme diretrizes feitas pela comunidade (documentos que estão protocolados no IPUF); buscar junto a SPU a parte do parque que está cedida à Base Aérea; criar uma Comissão com integrantes da comunidade para participar do processo de elaboração do PACUCA;
- Recuperar e criar um espaço cultural no antigo hangar da Air France, que junto com a escola e o campo, constituirá um amplo espaço destinado à lazer, à cultura e ao esporte, podendo abrigar ainda, uma biblioteca, um museu da aviação, da história do Campeche, entre outros equipamentos públicos;
- Conservação e recuperação de toda a extensão da orla marítima, que se compõe de dunas e restingas desde a Joaquina, passando pelo Rio Tavares, Campeche, Morro das Pedras, Armação e Pântano do Sul, ou seja, a implementação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA, 2020).
- Planejamento de Acesso ao Mar, seguindo legislações municipais, estaduais e federais;
- A Ilha do Campeche, tombada em 1998, possui a maior concentração de oficinas líticas e gravuras rupestres do litoral brasileiro, por isso, criar o turismo de base comunitária e acesso popular à Ilha do Campeche para moradores da cidade.
- Recuperação do Rio do Noca, Rio Rafael/Jacinta, Rio Tavares e das nascentes e encostas dos mesmos rios e encosta de morros, como o Morro do Lampião com fiscalização de base comunitária, FLORAM e órgãos ambientais.
- Recompôr todos os órgãos de fiscalização para que haja fiscalização preventiva e educativa, não somente punitiva, com participação de núcleo gestor comunitária na tomadas de decisão coletiva e pública.

2.2 INFRAESTRUTURA SOCIAL

Propostas:

- Fortalecer as UBS (Unidades básicas de Saúde) com equipes médicas para atender no máximo 2500 pessoas por equipe da população do distrito, implantação da saúde família, atenção a saúde mental, prover instalações físicas para as atividades de integração da terceira idade;



- Não a terceirização da UPA-Sul com organização social privada (OS);
- Criação de novas unidades de creche, ampliação das escolas;
- Criar Centro Tecnológico sustentável;
- Criação de um espaço para acolher um “centro histórico, artístico e cultural” que contemple a diversidade cultural;
- Mapear os pontos de interesse históricos tendo em vista a preservação, viabilizando seu uso público e tornando PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL e IMATERIAL;
- Prover áreas para centros comunitários nas comunidades que ainda não contam com esses espaços públicos.

2.3 MOBILIDADE URBANA

A diversidade é uma virtude do sistema viário de um bairro. Ele deve fluir, integrar, manter passagens e ruas históricas, priorizar o transporte coletivo e proteger o pedestre. Essa capilaridade é fundamental porque proporciona a integração e a vivência comunitária.

Propostas:

- Ampliação e priorização do serviço de transporte coletivo, adequando as linhas conforme as necessidades da comunidade (horário sincronizado com a saída das escolas, por exemplo), ônibus circular (entre Campeche, Rio Tavares, Lagoa que passe na UFSC e volte pela Costeira e vice-versa);
- Priorizar a melhoria do transporte público (transporte eficiente com as mudanças do sistema integrado – horários etc), ciclovias, calçadas (arborização, canteiros verdes) e acostamentos próprios para carros para incentivar as pessoas a deixarem de usar carros;
- Adequar os equipamentos urbanos do sistema de transporte coletivo (pontos de ônibus) às condições do clima e à paisagem natural do bairro, para que protejam o usuário e sejam harmônicos com a natureza;
- Criar a TARIFA ZERO!
- Ampliar as linhas de ônibus e horários na época de veraneio;
- Planejar a implantação de uma malha de ciclovias no bairro, de forma que seja permitida, também, uma conexão interbairros, tornando obrigatórias as ciclovias em rodovias e avenidas, pois são elas que ligam um bairro a outro e implementar a iluminação e sinalização nas ciclovias;
- Definir e consolidar os acessos à orla marítima e corredores ecológicos garantindo a preservação dos caminhos históricos com sinalização para facilitar e harmonizar a integração entre a comunidade e mar;
- Priorizar a implantação de passeios e calçadas, com tratamento paisagístico adequado, considerando a característica balneária do Campeche e a necessidade de garantir a integração comunitária;
- Participação de pessoas com mobilidade reduzida para a construção de acessos para todos com sinalização também para deficientes visuais;
- Padronizar as calçadas, arrumar as calçadas que não estão padronizadas e que não existem (mesmo em terrenos baldios);
- Criar bicicletários na entrada da praia;



- Criar novas redes de conexão para carros com as vias principais (Ex.: Av. Pequeno Príncipe que não tem muitas vias transversais e concentra muito o trânsito local – ou na Escola Engenho ou no final da Pequeno Príncipe para desobstruir o trânsito), porém somente após o estudo da capacidade das vias atuais, depois de melhoradas e adequadas com acostamentos, calçadas e ciclovias;
- Implantar melhorias no sistema viário concomitantemente com as estruturas dos serviços de água, saneamento e galerias pluviais, para evitar a necessidade de mutilação do sistema, no futuro.

2.4 USO DO SOLO

O solo é a base das construções de casas, prédios, estradas, aterros sanitários, hospitais, fossas, etc... Tanto a água como o solo são recursos básicos de uma cidade. Estes recursos são considerados naturais porque são dotes da natureza local. Numa ilha, a disponibilidade destes recursos (solo e água) é extremamente limitada em quantidade e qualidade, porque nem toda água serve para beber e nem todo o solo pode ser utilizado para construções, fossas, cemitérios, estradas, etc. Planícies quaternárias como a planície do Campeche foram diagnosticadas pelo IBGE (1997) como os ambientes mais frágeis da região costeira de Santa Catarina. A fragilidade das zonas costeiras, foi, inclusive, reconhecida pelo Governo Federal em 1988, quando buscou através da Lei 7.661, regulamentar o uso das regiões costeiras, no chamado diploma legal de Gerenciamento Costeiro. Uma observação detalhada deste espaço permite reconhecer diversas áreas cuja função natural são vitais para a sobrevivência do homem e das mais diversas atividades socioeconômicas, e por esta razão, muitas delas estão protegidas por lei, como é o caso das dunas, restingas e manguezais (Resolução 004/85 CONAMA). A ocupação destas áreas oferece problemas que refletem na qualidade de vida da população.

Além disso, a ocupação dos manguezais incide na redução de produtos pesqueiros, e não se podem ignorar os efeitos da impermeabilização e contaminação que serão gerados caso haja ocupação envolvendo aterramentos, concretagem, impedindo a infiltração natural das águas das chuvas que recarregam os lençóis freáticos.

O planejamento deve ser compatível com as disponibilidades e sustentabilidade da qualidade de vida dos habitantes, levando em consideração os estudos, pareceres técnicos ambientais e os anseios da população!

Propostas:

- Adensamento sem ser incentivado com aumento de gabaritos e com a condicionante de melhorias na infraestrutura, saneamento básico e mobilidade;
- Limitar gabarito de quatro (dois andares, pilotis/ático) para as microcentralidades e dois para as demais localidades;
- Baixa densidade geral de ocupação no zoneamento;



- Limitação no uso de índices urbanísticos (não aplicação do potencial construtivo no distrito, transferência de direito de construir, etc...);
- Retomar zoneamento de área rural no Distrito;
- Rechaço total à possível proposta dos PEU (Planos Específicos de Urbanização) previstos na Minuta apresentada em Dezembro pela PMF sobre as AUE, em face da existência de uma AUE justamente na planície do Campeche.

3. TRABALHO E RENDA

Propostas:

- Em relação a pesca, incentivar à pesca artesanal e promover a melhoria dos ranchos de pesca artesanal no que se refere a infraestrutura básica como banheiros e cozinhas;
- Criar mecanismo de Lei que impeça a captura da pesca industrial (atuneiros) em frente a praia do Campeche, o que tem diminuído o alimento para outros peixes que são capturados artesanalmente;
- Incentivar à manutenção e ocupação dos ranchos de pesca como pontos de educação sobre a prática de pesca artesanal, a fim de preservar e valorizar a prática como patrimônio cultural;
- Criar feiras de livres para facilitar compra de peixes diretamente com o pescador, fortalecendo desta maneira a renda familiar;
- Ordenar, apoiar e incentivar a realização de Feiras de Artesanato no bairro;
- Promover a construção da casa de passagem para indígenas;
- Incentivar o Turismo de Base Comunitária e Turismo de Conservação (engenho de farinha, Festa do Divino, Boi de mamão, cultura indígena e afro-brasileira);
- Garantir espaços junto aos locais de fluxo turístico para a venda de artesanato local;
- Preservação dos sítios arqueológicos;
- Resgatar o uso social e evidenciar os espaços históricos do bairro, como o Casarão Aéropostale, o Campo de Aviação, Morro do Lampião e a Igreja da Capela;
- Através da Economia Solidária, construir espaços que permitam articular a produção, distribuição e troca, relacionando no espaço urbano essa nova forma de produzir, do campo e da cidade, com base na autogestão, e na democracia, como modo, também, de ampliar sua capacidade e os ganhos de escala necessários para enfrentar a concorrência;
- Incentivar a criação de cooperativas;
- Em relação a Hotelaria, estabelecer limitação de porte aos empreendimentos hoteleiros e estabelecer regras para destinação de resíduos, realizando compostagem de resíduos orgânicos e destinar resíduos recicláveis para cooperativas de reciclagem;
- Incentivar turismo social para juventude e terceira idade;
- Limitar o porte dos empreendimentos nos segmentos de supermercados, hotelaria e comércios de grande superfície;
- Limitar os tamanhos de publicidades em fachadas e em áreas externas;



- Incentivar à agricultura orgânica, agroflorestal e agricultura familiar e hortas e compostagens comunitárias;
- Criar incentivos e cursos para promover agricultura urbana (criação de cartilha);
- Fortalecer a COMCAP como centro de compostagem, orientação e ferramentas de compostagem;
- Criar centros e práticas que estimulem a troca de excedentes entre os moradores que produzam alimentos;
- Incentivar a venda de orgânicos a preços acessíveis através de incentivos aos agricultores;
- Criar centros de cultura com teatro, espaço para shows, exposição e oficinas nos bairros, a fim de difundir a arte e o aprendizado das práticas artísticas;
- Criar centros de ensino profissionalizante descentralizados para preparar a população para o mercado de trabalho;
- Garantir a presença de guarda-vidas em todos os postos, durante todo o ano, inclusive em locais de água doce;
- Criar contrapartidas sociais para eventos de grande porte no município e registros sobre a destinação de resíduos.

Considerações finais

Houve um tempo em que os planejadores tinham a ilusão de que planejar a vida das pessoas era algo puramente técnico e parcializado, sem as diversas áreas do saber.

A transdisciplinaridade é hoje um pressuposto básico para a prática do planejamento. Ela muitas vezes age, também, como instrumento de transgressão ao pensamento único e abre uma porta para o entendimento de que não há um conhecimento absoluto.

Planejar a saúde de uma população, por exemplo, significa não só o tamanho do hospital que vai ser construído, mas principalmente em que água vai se beber, em que lugares as crianças vão andar de bicicleta, em que tipo de ruas as pessoas vão circular, quais alternativas de lazer e convivência os jovens terão, que facilidades vai se oferecer às pessoas da terceira idade para se movimentarem pelo seu bairro ou cidade.

As crianças das escolas do Campeche deram uma lição de cidadania, quando, no I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche (TIRELLI; BURGOS; BARBOSA, 2007), falaram do “Campeche de seus sonhos”, com praças, praias limpas e sem esgotos, calçamento das ruas, lixo reciclável, um campinho melhor, um parque para brincar e que não tenha prédios, não tenha casas em mangues e morros, mares aterrados, poluição, ruas esburacadas. Na sua simplicidade, expressaram as expectativas mais autênticas da comunidade.

O que se espera, desde aquele tempo, é que a leitura deste manifesto seja esclarecedora e fundamente nossas preocupações e anseios com relação à Planície do Campeche.



A elaboração do material vem comprovar a nossa disposição para uma atuação conjunta e corresponsável, para a organização do espaço em que vivemos e todos usufruem.

REFERÊNCIAS

TIRELLI, JANICE; BURGOS, RAÚL; BARBOSA, TEREZA CRISTINA P. O Campo de Peixes e os Senhores do Asfalto: memórias das lutas do Campeche. Florianópolis: Cidade Futura, 2007. 248p.

PLANO MUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/pmma/>. Acesso em 13. jul. 2022.